



Negras Senhoras: o universo material das mulheres africanas forras

Vilmara Lucia Rodrigues
Mestranda – UFRJ

Estudar a sociedade escravista das Minas Setecentistas a partir da ótica da mulher africana liberta significa uma oportunidade de recuperar a diversidade de atuações que se forjaram no interior do universo colonial. A mulher negra, enquanto agente construtor da sua própria história, está inserida no seio de relações das quais emergem situações de conflito e adequação que resultam na transformação do tempo e do espaço. Suas trajetórias ajudam a desvendar a verdadeira face da sociedade colonial, que se apresenta múltipla e complexa, assim como as histórias de Rosa de Mello Costa e Maria do Rosário.

Nascida na Costa da Mina, Rosa de Mello Costa, era uma próspera ex-escrava, solteira e sem filhos. Ao falecer, em 1760, deixou seus bens sob a proteção da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, irmandade de brancos, freqüentada pelas pessoas mais ilustres de São João Del Rei. O seu patrimônio, composto por casas, jóias, escravos, roupas de luxo, fora deixado para alguns afiliados e para dita irmandade.¹

Maria do Rosário, preta forra, solteira, moradora da Vila de São João Del Rei, morreu no ano de 1779. Era natural da Costa da Mina e, no momento de seu falecimento, os bens mais preciosos que possuía eram umas continhas de ouro, uns brincos de ouro e um anel de ouro. Quando foi feito o inventário de seu patrimônio, seu monte-mor era de 14\$225. Maria do Rosário é a forra de menor fortuna encontrada em nossa pesquisa.²

A princípio, estas mulheres partilharam da mesma história. Ambas fizeram parte do projeto de colonização do Brasil, foram arrancadas da mesma região africana para engrossar o contingente escravista da Colônia. Porém, em um determinado momento suas vidas seguiram trajetórias diferentes e um profundo abismo se abriu entre estas duas mulheres. Rosa de Mello Costa é a preta forra de maior fortuna que encontramos, seu patrimônio foi avaliado em 5:308\$560.

¹ Inventário de Rosa de Mello Costa, preta forra, 1760. Caixa 430, Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei.

² Inventário de Maria do Rosário, preta forra, 1779. Caixa 223, Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei.

Deixar de ser cativo podia representar um grande salto qualitativo na condição social das mulheres africanas, mas em uma sociedade capaz de traçar destinos tão díspares, viver em liberdade exigia a criação de recursos que lhes garantisse um certo reconhecimento. As trajetórias de Rosa de Mello e Maria do Rosário, apesar de serem casos extremos, representam as histórias de muitas africanas que viveram no Brasil colônia e, principalmente, demonstram a disparidade de oportunidades que eram oferecidas aos grupos menos favorecidos.

Nosso estudo tem como recorte espacial a Comarca do Rio das Mortes, uma localidade de grande importância para a Capitania de Minas Gerais no final do século XVIII e início do XIX, mas ainda pouco contemplado pela historiografia. A principal justificativa para esta escolha reside no fato de que esta região contava com uma considerável participação de pessoas em atividades mercantis e de produção agrária. Esta característica a transformava em um “locus” privilegiado para o estudo das mulheres africanas forras, já que acreditamos que estas conseguiram ascender economicamente através da comercialização de gêneros alimentícios.

A escolha de nosso recorte temporal levou em questão a queda da produção aurífera e a conseqüente valorização da economia agrária. Com isso resolvemos começar a pesquisa no ano de 1750, entendendo que a partir deste período o eixo econômico da Capitania estaria sendo deslocado para o sul levando consigo aventureiros de todas as regiões, principalmente ex-escravos, que buscavam no comércio de abastecimento uma forma de se inserir na sociedade colonial. A outra baliza temporal vai até o ano de 1810, período em que as atividades mercantis e agrícolas encontravam-se consolidadas na região do Rio das Mortes, devido, principalmente, ao intenso intercâmbio de mercadorias com a Corte Carioca.

A diversificação econômica presente nas Minas Gerais desde as primeiras décadas da ocupação, foi um dos elementos responsáveis pela formação de um complexo universo social na Capitania. Durante todo o século XVIII desenvolveram-se nas vilas e arraiais atividades mercantis e agrícolas concomitante com a mineração. Este fato contribuiu para a formação de um mercado interno dinâmico que oferecia oportunidades para todo o tipo de mão-de-obra, qualificada ou não.

A intensa urbanização da Capitania contribuiu decisivamente para o crescimento desse mercado e garantiu a diversidade dos investimentos, assim como a circulação de variada gama de mercadorias de forma semelhante ao que ocorria nas principais praças européias.³

³ PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995 p. 79.

Houve uma demanda constante por utensílios domésticos, adornos de metais e pedras preciosas, móveis, tecidos de tipos variados, artigos alimentares do reino e de outras partes.

O comércio destes artigos e de outros produzidos nas próprias vilas mineiras era feito em larga escala. Os negócios costumavam ser acertados nas lojas, nas vendas de secos e molhados, nas paragens de tropeiros e no meio das ruas. Esta atividade incrementou a economia das Minas e ampliou setores como, por exemplo, a dos serviços representando uma oportunidade para inúmeros indivíduos que ofereciam sua força de trabalho para tarefas de toda sorte.

Desde os primeiros tempos da colonização, em lugares como a Bahia e o Rio de Janeiro, a presença de mulheres africanas forras era marcante. A participação quase exclusiva no comércio ambulante transformou essas mulheres em personagens importantes para a história do Brasil Colonial. Na Idade do Ouro, nas Minas Gerais, esta presença não ocorreu em menores proporções, escondidas atrás de designações como “Negras de tabuleiro”, essas mulheres se fizeram presentes nas mais diversas atividades. Eram roceiras, mineradoras, cozinheiras, doceiras, fiandeiras, parteiras, curandeiras e até feiticeiras. Porém, suas atuações nem sempre foram bem vistas por seus contemporâneos.

Pela mobilidade e facilidade de interação as pretas forras congregavam em torno de si segmentos variados da população pobre mineira, muitas vezes prestando solidariedades a práticas de desvio de ouro, contrabando, prostituição e articulação com quilombos.⁴ Essas práticas motivaram dores de cabeça constantes às autoridades administrativas e religiosas.

A presença de negras quituteiras ao redor das lavras despertava inúmeras reclamações por parte dos proprietários de escravos que aí mineravam. Geralmente, a presença dessas mulheres era motivo para conflitos e desordens, prejudicando o andamento dos trabalhos da mineração. Além disso, elas eram freqüentemente acusadas de desvio de jornais, pois consumindo os quitutes e aguardentes vendidos pelas negras, os escravos debilitavam o volume do ouro recolhido, que deveria ser canalizado para pagamento de sua obrigação, fazendo diminuir o quinto e, portanto, a ação das negras de tabuleiro ao contribuir para que parcela do ouro extraído escapasse aos mecanismos legais, configurava-se como crime de contrabando.⁵

A prostituição parece ter sido outra atividade atribuída às africanas libertas. Muitos autores amparados quase sempre em relatos de viajantes ou documentação das Devassas, generalizaram o fenômeno para todas as mulheres negras do Brasil Colonial, chegando a

⁴ FIGUEIREDO, Luciano Raposo. **Mulheres nas Minas Gerais**. In: PRIORE, Mary Del (org). História das mulheres no Brasil. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 146.

⁵SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: A pobreza mineira no século XVIII. 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.57

admitir que a prostituição constituía-se na pobreza e miséria social feminina. Para Caio Prado Júnior a função dessas mulheres era satisfazer as necessidades sexuais dos homens brancos que se encontravam privados de mulheres de sua raça, segundo o autor:

“O traço mais pungente da presença da mulher na história do Brasil talvez tenha sido a enorme proliferação da prostituição entre mulheres escravas, livres e pobres, não havendo recanto na Colônia em que não houvessem penetrado.”⁶

O fausto produzido pelo ouro e diamante das Minas e as preocupações da Coroa com o seu desvio constituíram uma imagem depreciativa das forras e fizeram parecer que a região era um território da prostituição. Centros urbanos importantes como Vila Rica, o Arraial do Tejuco, São João Del Rei e Barbacena, tornaram-se famosos pela suposta proliferação de meretrizes. O viajante Saint-Hilaire chegou a tratar a vila de Barbacena como:

“célebre entre os tropeiros, pela grande quantidade de mulatas prostituídas que a habitam, e entre cujas mãos estes homens deixam o fruto do trabalho. Sem a menor cerimônia vêm oferecer-se essas mulheres pelos albergues; muitas vezes os viajantes as convidam para jantar e com elas dançam batuques, essas danças lúbricas.”⁷

A prostituição também foi vista como atividade complementar ao comércio de abastecimento. Eram as dificuldades de sobrevivência que empurravam as libertas direto para as práticas escusas e amorais. Segundo Laura de Mello e Souza, “vivendo numa sociedade iníqua e desigual as mulheres tiveram que deixar de lado os pruridos morais para poderem sobreviver”.⁸ Porém, segundo Sheila de Castro Faria:

“Ao que tudo indica, mesmo consorciando atividades como prostituição, prestação de serviços domésticos, costura, preparação de alimentos, etc., foi no comércio que os alforriados, principalmente as mulheres, conseguiram melhores chances de enriquecimento.”⁹

É muito sugestivo a presença de bacias, tachos, tabuleiros, chocolateiras, fôrmas, balanças e outros utensílios utilizados na fabricação e venda de quitutes, registrados nos

⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 17ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 354.

⁷ SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem à Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 64.

⁸ SOUZA, Laura de Mello e. Op. Cit. P. 184.

⁹ FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas**: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; FRAGOSO, João Luís; CASTRO, Hebe de (orgs). Escritos sobre história e educação: uma homenagem a Maria Ieda Linhares. Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2001.

inventários das africanas forras de nossa pesquisa. Gracia Dias de Oliveira¹⁰, natural de Angola e moradora da vila de São João Del Rei, faleceu no ano de 1768 deixando vários bens avaliados em 1:645\$983. Entre seus utensílios estavam colheres e garfos de prata, tachos de cobre, garrafas de vidro, pratos de estanho, tabuleiros e balanças.

A presença do elemento feminino no pequeno comércio é algo de desenvolvimento recente pela historiografia. As justificativas para esta forte participação são buscadas, primeiramente, na observação das atividades desenvolvidas pelo sexo oposto. O emprego de enorme contingente masculino em trabalhos braçais leva a crer que não poderia ser diferente tal divisão de tarefas. Para outros autores, a explicação estaria em uma transposição da estrutura do comércio varejista africano para o Brasil Colonial. Segundo Selma Pantoja:

“A venda de gêneros básicos foi uma tarefa das mulheres que garantiam o feijão, a farinha, a carne e o peixe seco para a própria continuidade do tráfico de escravos. (...) Para a região da África Central Ocidental, as quitadeiras são o exemplo de como atuava essa rede comercial de gêneros de primeira necessidade, registrando-se também, como as migrações transatlânticas trouxeram para as cidades coloniais brasileiras essas comerciantes”.¹¹

Analisando os condicionantes sociais e o pequeno comércio de Bento Rodrigues e Camargos, ambas freguesias de Vila Rica, no período de 1718 e 1755, Flávio Rocha Puff escreveu que, de forma geral, o homem que trabalha no comércio é o livre e a mulher, forra ou escrava.¹² Utilizando-se de registros de almotaçarias, Puff constatou que:

“Os livres com quase 93% de comerciantes masculinos, representam quase a totalidade desse seguimento social. Já os comerciantes escravos e forros são em 74,3% dos registros compostos por mulheres”.¹³

Segundo Sheila de Castro Faria, o comércio era o meio de acumulação mais próximo à precária situação financeira da população forra na Colônia, uma vez que, não requeria grandes investimentos.¹⁴ Porém, estes forros, em nenhum caso aparecem como donos

¹⁰ Inventário de Gracia Dias de Oliveira, preta forra, caixa291, Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei.

¹¹ PANTOJA, Selma. Dimensão Atlântica das Quitadeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

¹² PUFF, Flávio Rocha. **Os pequenos comerciantes nas Minas Gerais Setecentistas: Bento Rodrigues e Camargos (1718-1755)**. Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2003. P.60

¹³ Idem, p. 61.

¹⁴ FÁRIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.113

de lojas de fazenda seca, pois os únicos investimentos ao alcance do seu nível econômico eram o comércio varejista ou as vendas de molhados.

Apesar da participação restrita nas atividades mercantis, as mulheres forras possuíam um poder que só foi detectado recentemente. Com seus tabuleiros, elas circulavam no interior das vilas e arraiais levando seus quitutes aos lugares mais isolados, contribuindo assim para o abastecimento da região das Minas. Por outro lado, elas podiam garantir sua sobrevivência e quem sabe alcançar uma ascensão econômica.

É preciso ressaltar que possuímos uma quantidade pequena de inventários *post-mortem*, o que não nos permite fazer generalizações acerca das atividades desempenhadas pelas forras, mas é muito sugestivo o valor encontrado no monte-mor de algumas dessas mulheres da Comarca do Rio das Mortes. Domingas Araújo¹⁵, natural da Costa da Mina e falecida em 1770 possuía um conjunto de bens avaliados em 736\$813; a já citada Gracia Dias, ao falecer, possuía um monte-mor no valor de 1:645\$983.

Assim, nossa proposta consiste na tentativa de captar as possibilidades de ascensão econômica dessa libertas, suas formas de investimento e, principalmente, suas diversas trajetórias de vida. Segundo Eduardo França Paiva, foram as mulheres que desfrutaram de condições menos rígidas para enfrentarem as dificuldades de sobrevivência no período posterior a libertação, em suas palavras:

“Para se constituírem na maioria da população forra mineira as escravas contaram com um elenco diversificado de estratégias que, combinadas à dinâmica econômica das áreas urbanas possibilitaram mobilidade social e abriram caminhos para as alforrias.”¹⁶

Embora o autor afirme que as mulheres libertas conheciam as formas para sobreviverem na sociedade escravista das Minas Gerais, devemos levar em consideração que as conquistas e as trajetórias de sucesso se davam na esfera do particular. A verdade é que essas mulheres lutavam cotidianamente contra os estigmas que caíam sobre elas. Em seu livro, “Chica da Silva e o Contratador de diamantes”, Júnia Furtado ressalta que:

“Ponto igualmente importante no que diz respeito à condição de forra é que nem sempre a obtenção da liberdade implicava uma vida melhor para os ex-escravos, principalmente quando não dominavam algum ofício. Após alforriarem-se, as mulheres viam juntar-se o estigma do sexo ao da cor e da condição. A situação marginal a que ficavam

¹⁵ Inventário de Domingas Araújo, preta forra, 1763, acixa374, Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei.

¹⁶ PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. 2.ed. São Paulo: Annablume, 1995. p. 106.

relegadas era pior que aquelas a que estavam submetidas alguns tipos de escravos, como os domésticos.”¹⁷

Mesmo para as que conseguiam enriquecer, as possibilidades de inserção eram limitadas e a sua riqueza, muitas vezes, não era reconhecida, posto que seus contemporâneos “insistiam em vê-las pelo seu passado como escravas e pela forma com que tiveram acesso aos bens”.¹⁸ Em última instância, pobres ou ricas, as mulheres africanas forras enfrentaram inúmeras dificuldades para serem reconhecidas como participantes da sociedade colonial. Eram os traços expressivos e visíveis da hierarquização característica do Antigo Regime português modificado e transportado para os trópicos.

Neste contexto, tornava-se necessário a elaboração de estratégias que possibilitassem o mínimo de reconhecimento. Para tanto, estas libertas fizeram-se presentes no comércio local, exploraram os segredos da cozinha e da sexualidade, transformaram-se em solicitadas parteiras, impuseram-se como guardiãs principais das tradições culturais africanas e afro-brasileiras, estabeleceram, na medida do possível, laços de amizade e de interesse com os mais bem classificados na escala social setecentista.¹⁹

Para apreendermos o elenco diversificado de estratégias com as quais as libertas contavam para sobreviver e se inserir no universo colonial devemos considerar primeiramente as possibilidades econômicas que serviram como alicerce para a criação de uma estrutura de vida que lhes garantia um certo posicionamento na hierarquia social.

Para atingirmos nossos objetivos, utilizaremos inventários *post-mortem* como base documental do presente trabalho. Mas como toda documentação, os inventários possuem um limite: eles não permitem visualizar um número considerável de africanas libertas alijadas de nosso estudo. Por isso ressaltamos desde já que a composição da riqueza e sua distribuição entre estas mulheres são muito mais excludente e desigual que a visualizável pela amostragem dos inventários.

Em face desta documentação, considera-se como parâmetro a riqueza possuída, medida em libras, como um primeiro enfoque. A divisão pelo monte bruto possuído permite delimitar padrões de riqueza e pobreza inegáveis grosso modo. É uma forma inicial de classificação que apresenta um pequeno problema (que será solucionado no próximo capítulo quando utilizaremos como fonte os Registros Paroquiais): não permite visualizar as influências

¹⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**: O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.111.

¹⁸ FARIA, Sheila de Castro. Op. Cit. P. 305.

¹⁹ PAIVA, Op. Cit. P. 129.

que as relações interpessoais exercem nas distinções entre grupos. Porém, é uma classificação satisfatória e operacional para os objetivos desta primeira parte da pesquisa.

Em um primeiro momento utilizaremos alguns dados organizados por Carla Almeida para a Comarca do Rio das Mortes²⁰. Em seu trabalho, a autora analisa, através de inventários *post-mortem*, a hierarquização social advinda da estrutura econômica vigente na região, para então compreender os meandros da riqueza e da pobreza produzidas pela distribuição da renda naquela sociedade.

O objetivo principal da apresentação destes dados em nossa pesquisa é compreender a disparidade econômica presente na Comarca do Rio das Mortes, destacando a posição ocupada pelo grupo das mulheres forras nesta sociedade. A partir desta constatação faremos uma análise da distribuição da riqueza dentro do grupo das libertas, para assim verificarmos o processo de diferenciação engendrado no seu interior.

As faixas de fortuna que aparecem nos quadros 1 e 2 foram estabelecidas a partir do trabalho de Carla Almeida. Segundo a autora, as duas primeiras englobam os pequenos proprietários, ou seja, aqueles indivíduos possuidores de um patrimônio avaliado em até 500 libras esterlinas. Os médios proprietários tinham fortunas que oscilavam entre 501 e 2000 libras e nas demais faixas estão presentes as grandes fortunas.

Quadro 1²¹
Distribuição da riqueza na Comarca do Rio das Mortes (1750-1822)

Faixas de fortuna em Libras	Nº de inventários	%	Soma dos montes brutos	%
0 – 200	87	32,7	8824,3	4,2
201-500	78	29,5	26428,2	12,5
501-1000	40	15,0	31201,1	15,0
1001-2000	36	13,5	49626,7	23,6
2001-5000	18	6,7	49237,4	23,5
+ 5000	7	2,6	44497,1	21,2
Totais	266	100	209814,8	100

FONTE: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, Homens bons**: produção e hierarquização social em Minas Colonial, 1750-1822. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2001.

²⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, Homens bons**: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em história econômica da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2001.

²¹ A conversão para libra foi feita usando a tabela de flutuações cambiais do real no século XIX elaborada por Kátia Mattoso. Para o século seguindo o trabalho de Carla Almeida para compararmos as mulheres forras com os homens ricos da região da Comarca do Rio das MoXVIII usamos referência feita por Miercea Buescu dizendo que o valor do real ficou constante durante todo o século, “à razão 3,555 réis por libra esterlina-ouro”. Buescu, Mircea. 300 anos de inflação. Rio de Janeiro: APEC, 1973. p. 106. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Ser Escravo no Brasil. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 54. Utilizamos destas conversões rtes.

Quadro 2
Distribuição da riqueza entre as forras da Comarca do Rio das Mortes (1750-1822)²²

Faixas de fortuna em Libras	Nº de inventários	%	Soma dos montes brutos	%
0 – 200	41	77,3	2584,0	33,3
201-500	9	17,0	2377,3	30,6
501-1000	2	3,7	1289,3	16,6
1001-2000	1	2,0	1493,2	19,5
2001-5000	-	-	-	-
+ 5000	-	-	-	-
Totais	53	100	7743,8	100

FONTE: Inventários *post-mortem* presentes no acervo do Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei

Os dados apresentados no quadro 1 indicam que estamos diante de uma sociedade em que as médias e pequenas fortunas são muito mais evidentes. A presença de fortunas maiores que 2001 libras é muito pequena em relação às outras faixas. Estas informações servem para percebermos que apesar do fausto propagado, Minas Gerais Setecentista era uma sociedade com poucos homens muitos ricos e muitos homens muito pobres²³. Apesar da distribuição da riqueza ser menos desigual que do que a do Rio de Janeiro, como veremos mais a frente, tratou-se mais de uma distribuição de baixos níveis de renda.

Podemos perceber, ainda em relação ao quadro 1, que a Comarca do Rio das Mortes apresentava uma sociedade extremamente desigual. Havia uma forte concentração da renda nas mãos de poucos. Os dados indicam que 44,7% (somando-se as duas maiores faixas) da riqueza total encontrava-se sob a posse de apenas 9,5% dos inventariados, enquanto que 16,7% (somando-se as duas menores faixas) desta renda pertencia a 62% dos inventariados. Ao contrário do que já foi dito sobre Minas Gerais do século XVIII, não havia uma riqueza bem distribuída, o que ocorria era uma monopolização desta por um pequeno grupo.

Estes números nos remetem ao estudo de João Fragoso e Manolo Florentino para o Rio de Janeiro no período de 1790 a 1840²⁴. Ao analisarem a distribuição da riqueza entre as pessoas que abriram inventários *post-mortem* nos meios rural e urbano da Capitania, os

²² O período e o número de inventários foram alterados para melhor efetuarmos a comparação com o trabalho de Carla Almeida. Infelizmente não mantivemos este período em todo o trabalho, pois acreditamos que a documentação não seria suficiente para embasar os argumentos construídos para o período de 1810 a 1822.

²³ Aqui a palavra homem não está se referindo ao gênero masculino, mas sim ao homem ser humano em geral.

²⁴ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia tardia; Rio de Janeiro, 1790-1840. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 171.

autores constataram que, em diversas conjunturas, reiterou-se um perfil no qual os 10% mais ricos do campo e da cidade controlavam pouco mais de 2/3 do valor total das fortunas recenseadas; aos cinco décimos mais pobres cabia entre 4% e 6% das mesmas.

O mesmo foi observado por Maurício Martins Alves para Taubaté no período de 1680 a 1729.²⁵ A vila de Taubaté, no final do século XVII tinha sua economia voltada para a produção agrícola comercial a partir da exploração do trabalho de uns poucos escravos indígenas, nas duas últimas décadas do seiscentos apenas 11% das pessoas que deixaram inventários detinham de 40% a metade da riqueza arrolada; os 55% mais pobres tinham acesso a apenas 10% ou 20% do valor desta riqueza. Com a descoberta de ouro em Minas Gerais, Taubaté especializou-se em prover a região mineradora de gêneros alimentícios, o que incentivou a mudança da mão-de-obra nativa para a africana e a instalação de *plantations* açucareiras. Independente das mudanças, a elite local seguiu representando 11% dos inventariados, que continuaram a deter de 40% a 55% da riqueza. Porém, a introdução do ouro na economia gerou um empobrecimento relativo das faixas menos privilegiadas, que, embora continuassem representar 57% dos inventariados, passaram a deter apenas 13% da riqueza.²⁶

A consequência imediata desta desigualdade na distribuição da riqueza é a perpetuação da diferença, diferença esta presente não apenas na fronteira que separa ricos e pobres, como também no interior destes grupos. Pelo quadro 1, percebemos que uma grande parcela da população da Comarca do Rio das Mortes pode ser caracterizada como pobre, porém não há uma pobreza universalizada, o que existe é uma diversidade de setores de baixa renda. O grupo representado pelas mulheres africanas forras constitui um bom exemplo desta gradação da pobreza.

Neste contexto, verificaremos que nem todas as libertas de nossa pesquisa partilharam da mesma história. A realidade a que elas estavam relegadas apresentava-se como um universo complexo e impossível de ser reduzido a uma visão uniforme e homogênea. Ao contrário de uma pobreza que nivelava e igualava por baixo, aparece um quadro de diferenciação social que reproduzia (guardadas as proporções), características da sociedade Colonial. Havia uma certa pobreza, mas não absoluta, o que ocorria era uma produção desta – já que a riqueza era possível, mas nem todas a alcançavam.

A primeira constatação que o quadro 2 nos permite fazer é que entre as mulheres africanas forras da Comarca do Rio das Mortes a distribuição da renda não era muito desigual,

²⁵ ALVES, Maurício Martins. **Caminhos da pobreza**: A manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729). Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

²⁶ ALVES, Op.Cit. pp. 72-78

se comparada com o quadro geral da região presente na tabela 1, visto que 94,3% das inventariadas possuíam 63,9% da “riqueza” total, enquanto que 36,1% desta renda pertencia a 5,7% das inventariadas, ou seja, apenas 03 mulheres.

A primeira vista não há uma clara distinção entre as libertas, parece-nos que havia muitas mulheres dividindo uma pequena riqueza, ou melhor, uma grande pobreza. Porém, defendemos a hipótese de que esta pobreza não era uniforme e homogênea, acreditamos que havia gradações e que estas eram marcadas por um forte movimento de diferenciação.

Alcançar a alforria nem sempre queria dizer tornar-se livre. A sociedade escravista colonial em momento algum deixou de perpetuar no ex-escravo o estigma da origem, isto é, da qualidade e da condição. Estas marcas passavam pelo aspecto jurídico e transformavam-se em determinantes das condições de vida do liberto. Vencer os limites da sobrevivência e se integrar ao universo dos livres variava na razão direta das oportunidades que lhes fossem oferecidas após o período de manumissão.

A ascensão econômica e social foi, por muitas vezes, dificultada para o negro recém egresso do cativeiro. Em uma sociedade escravista as oportunidades de trabalho eram muito restritas, ao ingressar na nova condição, o liberto encontrava-se frente a uma dupla concorrência, a da mão-de-obra livre, diante da qual era preterido e da mão-de-obra escrava, que contava com o agenciamento dos senhores²⁷. Ao forro continuavam sendo oferecidas as mesmas condições de trabalho de um escravo.

As mulheres forras procuraram se fazer presente em todas as atividades possíveis usufruindo das poucas vantagens que a sociedade podia lhes oferecer e buscando, cada vez mais, a diminuição dos estigmas que caíam sobre elas. Frequentemente, era o espaço urbano que servia como alicerce para as ex-escravas tentarem melhorar as condições adversas em que nasceram, através das atividades voltadas para o abastecimento de gêneros alimentícios, da prostituição, entre outras, essas mulheres, podiam se posicionar melhor na hierarquia colonial.

Ascender economicamente e ocupar as camadas de renda média constituíam-se em um fato pouco freqüente entre as africanas forras, o que podemos constatar através do quadro 2. A presença de fortunas acima de 501 libras é muito pequena, apenas 03 (5,7%) inventariadas alcançaram tamanho sucesso. Estas poucas exceções servem para mostrar que a mobilidade era possível, porém muito limitadas. Se compararmos as duas tabelas percebemos que as maiores possibilidades de ascensão eram abertas para o grupo dos

²⁷ OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. **O liberto**: o seu mundo e os outros, Salvador, 1790-1890. São Paulo: Corrupio – CNPq, 1988. p.30

homens livres, haja vista 28,5% destes ocupam as camadas intermediárias da distribuição da riqueza e 9,3% estão no topo da hierarquia. Já para as africanas forras, constatamos uma ausência de inventariadas que tivessem seus montes brutos somando mais que 2001 libras. Numa sociedade em que as hierarquias de sangue e pertencimento faziam-se presentes, a falta destes atributos podem justificar esta ausência.

As libertas que deixaram legados materiais formam a base de nossa pesquisa, porém suas trajetórias não devem ser tomadas como síntese perfeita do numeroso grupo de ex-escravas que viveram no Brasil durante o período colonial. A gradação da pobreza não pára por aí, muitas mulheres forras viveram na extrema miséria engrossando as fileiras da indefinição social. O objetivo desta pesquisa não é, em momento algum, tentar diminuir o sofrimento destas diante do preconceito contra a sua condição de ex-escravas e sim mostrar que a história dos africanos nas colônias européias vai muito além das correntes e grilhões.

Bibliografia:

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, Homens bons**: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em história econômica da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2001.

ALVES, Maurício Martins. **Caminhos da pobreza**: A manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729). Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas:acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; FRAGOSO, João Luís; CASTRO, Hebe de (orgs). **Escritos sobre história e educação**: uma homenagem a Maria Ieda Linhares. Rio de Janeiro:Mauad-FAPERJ,2001.

_____. **A Colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FIGUEIREDO,Luciano Raposo. **Mulheres nas Minas Gerais**. In: PRIORE, Mary Del (org). História das mulheres no Brasil. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia tardia; Rio de Janeiro, 1790-1840. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**: O outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. **O liberto**: o seu mundo e os outros, Salvador, 1790-1890. São Paulo: Corrupio – CNPq, 1988.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistência através dos testamentos. 2.ed. São Paulo: Annablume, 1995.

PANTOJA, Selma. Dimensão Atlântica das Quitandeiras. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 17ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PUFF, Flávio Rocha. **Os pequenos comerciantes nas Minas Gerais Setecentistas**: Bento Rodrigues e Camargos (1718-1755). Monografia de Bacharelado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2003.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem à Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: A pobreza mineira no século XVIII. 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.